

# II

## Media e Direitos Humanos



---

# Imprensa e Direitos Humanos: O Caso de Dois Jornais Angolanos

Gilson Lázaro

## Introdução

Este artigo analisa o papel desempenhado pela imprensa no que se refere aos direitos humanos em Angola. Propõe-se assim, para o caso vertente comparar as ocorrências de informações sobre violações dos direitos humanos no 'Jornal de Angola' e no 'Semanário Angolense'. Para o efeito, metodologicamente fez-se a recolha dos jornais nos respectivos arquivos e a consequente selecção dos textos mais adequados à pesquisa, partindo fundamentalmente de três factores:

O primeiro, por se tratar do único diário público 'Jornal de Angola' e pela abrangência que tem a nível nacional, tendo sido a escola de muitos jornalistas angolanos do sector privado. O segundo, do jornal privado 'Semanário Angolense', deriva do contexto pelo qual se caracteriza o surgimento da pluralização da imprensa, ainda que formal, durante a segunda metade dos anos 90 e de ter resistido aos momentos de crise e transformação do jornalismo angolano; o terceiro tem a ver com o fato do jornal privado, contrariamente ao público, estar virado para o jornalismo que articula análise social e opinativa, e consegue reunir uma diversidade de actores angolanos, bem como a circulação no meio urbano.

Ocorre, porém, que se restringiu ao máximo possível a selecção dos dois jornais com relativa diferença em termos de publicação e alcance, sobretudo devido ao extenso volume dos arquivos do diário público. Seleccionaram-se assim dois dias da semana entre segunda e sexta para o diário e os sábados para o semanário publicado precisamente nos finais de semana. Há ainda que referir a limitação constatada no acesso aos arquivos das duas publicações (pública e privada) cujas instalações se encontravam encerradas para restauração, no caso do jornal

público, ao passo que os arquivos do jornal privado se encontravam dispersos, o que tornou mais difícil a pesquisa. Em função do material escolhido, fez-se um recorte bianual correspondendo aos anos de 2008 a 2009.

A parte da análise que se segue está dividida em duas seções, sendo a primeira dedicada à contextualização do jornalismo em Angola, o surgimento das matérias de direitos humanos no diário público 'Jornal de Angola' nos aspectos quantitativo e qualitativo, e a segunda seção versa sobre a análise quantitativa seguida da qualitativa quanto às matérias do 'Semanário Angolense'.

Finaliza-se a comunicação com uma breve nota comparativa entre a produção dos dois jornais durante o biénio 2008-2009, destacando-se dois casos mediáticos.

### **A Imprensa no Partido Único**

A independência do país foi proclamada em duas velocidades – em Luanda e no Huambo – debaixo de fortes combates internos, que opunha os três movimentos de libertação nacional (Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA; Movimento Popular de Libertação e Angola – MPLA; e União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA). O Estado que daí resultou, sob o signo da violência, implementou um tipo de 'jornalismo de Estado' cujo controlo efectivamente ideológico tinha predominância sob a prática profissional.

A ética e a prática jornalísticas foram, no pós-independência, substituídas pela lógica ideológica decorrente do modelo de partido-Estado de inspiração Marxista-Leninista (Mateus 2004). Posteriormente, as clivagens internas entre as forças políticas angolanas minaram a comunicação social em nome da guerra que fraturou decisivamente o tecido social, onde era visível o engajamento político dos órgãos públicos (televisão, rádio, jornal e agência de notícias) por um lado, e, por outro, como modo de 'sobrevivência informativa', a rebelião armada, protagonizada pela UNITA, criou a sua própria comunicação social, baseada na VOGARN (Voz de Resistência do Galo Negro) – monitorizada desde 4 de Janeiro de 1979 pela 'British Broadcasting Corporation' – BBC e, posteriormente, em 1983 pela 'Foreign Broadcast Information Service' (FBIS), onde as matérias eram produzidas pela Agência de Inteligência Americana (CIA), com o apoio da 'South African Broadcasting Corporation' SABC e a 'Radio South Africa' (RSA), a Agence France Press (AFP) e a Agência Portuguesa de Notícias. Para além da VORGAN, a UNITA contava igualmente com a Agência de notícias 'Kwacha UNITA Press' e o jornal de circulação restrita 'Terra Angolana' (este impresso a partir de Lisboa, Portugal), ao serviço da propaganda deste partido.

A esse respeito em particular, Elaine Windrich (1992 2000) retrata como a guerra civil de Angola foi compreendida a partir da imprensa norte-americana. A autora demonstra como os editoriais dos principais jornais americanos encaravam a guerra que acontecia em Angola, na maior parte das vezes dando grande ênfase

à guerrilha protagonizada pela UNITA durante a década de 80 e a seguir à visita de Jonas Savimbi aos Estados Unidos da América, onde foi recebido primeiro em Janeiro de 1986 e depois em 1990 respectivamente pelos presidentes Ronald Reagan e George Bush. Ou seja, desde 1987 até sensivelmente 1990 a imprensa norte-americana virou-se para a cobertura da guerra em Angola com um certo favoritismo à propaganda política da UNITA. Em suma, esta autora defende que a imprensa norte-americana deu visibilidade à guerra em Angola sobretudo perante o apoio explícito das duas administrações americanas, a de Reagan e a de Bush, visando potenciar a guerrilha de Savimbi contra a suposta ‘ameaça comunista’ do MPLA.

A guerra que eclodiu como consequência directa da situação de confronto entre os movimentos de libertação teve, com efeito, fortes repercussões na imprensa nacional e, sobretudo internacional, quando o país passou a ser visto a partir dos meios de comunicação, afectando decisivamente a sua imagem. A guerra civil teve, portanto, consequências graves não somente em termos infraestruturais e do tecido humano como também influenciou o *modus operandi* do jornalismo praticado nos dias de hoje.

No início dos anos 1990, a mudança do sistema político de partido único coincidiu ‘com o chamado processo de transição para a democracia em África que também correspondeu, estando Angola em guerra, a um processo de pacificação como resultado dos Acordos de Bicesse de 1991 e a realização das primeiras eleições gerais, cujo desfecho se prolongou até aos Acordos de Lusaka, ainda na primeira metade da década de 90. Este momento político pressupunha ‘quatro transições encetadas: da guerra para a paz; da economia centralizada para a economia de mercado, do partido único ao multipartidarismo e da miséria ao desenvolvimento’ (Pestana 2005:198). A lei Constitucional de 1992 consagrou amplas liberdades aos cidadãos angolanos, designadamente a liberdade de criação de partidos políticos, a liberdade de manifestação, a liberdade de expressão e de imprensa, incluindo a criação de novos títulos. Contudo, ‘os conflitos despontados limitaram seriamente as liberdades conquistadas durante a transição democrática em alguns países africanos’ (Nyamnjoh 2005) incluindo Angola.

Nessa época houve uma tentativa arrojada de despolarização da imprensa, de modo genérico, quer dos órgãos públicos sob controlo do governo, quer dos meios de comunicação da UNITA, caso em concreto da VORGAN. Tal processo permitiu a criação de um quadro legal que possibilitou a circulação dos jornais ‘Terra Angolana’ da UNITA e do ‘EME’, este último jornal do MPLA de publicação restrita, e a projecção da rádio da UNITA em onda média para Luanda e arredores.

Estava assim, criado um quadro jurídico-legal que permitiu igualmente o surgimento das primeiras publicações independentes ou privadas (Neto 2004). Trata-se, no essencial, dos jornais ‘O Correio da Semana’ (1992), ‘Imparcial FAX’

e 'Comércio e Atualidade' (1994), 'Folha 8', (1995), 'Agora' e 'Angolense' (1997) e o 'Independente' (1999) (Lima 2000; Carvalho 2010), numa luta constante para se manterem as tiragens e diversificar as informações. A guerra civil que vigorou durante toda a década de 90 dominou parte das abordagens dos jornais angolanos, em que o diário público, 'Jornal de Angola', privilegiava a salvaguarda das instituições do Estado, ao passo que os jornais independentes, como o 'Folha 8' (1995) e o 'Angolense' (1997) procuravam denunciar as violações durante o conflito. A guerra civil e as violações foram a tónica dominante das abordagens da imprensa escrita em Angola. A segunda metade dos anos 90 foi determinante para a afirmação da liberdade de imprensa, pois, o vigor dos jornalistas que saíam de uma cultura autoritária, que tinha um controlo amplo sobre os meios de comunicação, fez-se notável quando passaram a exercer um tipo de jornalismo de pressão política e social.

Provavelmente, esse modelo de se fazer jornalismo se deve ao fato dos jornais privados serem vistos como espaços alternativos para o exercício da cidadania, e para abordagem de assuntos sociais postos à margem pelos órgãos estatais. Um dos primeiros casos de impacto político imediato no âmbito da imprensa privada praticada em Angola aconteceu em 1999 com a publicação de um texto bastante crítico à política presidencial, intitulado:

'O Bâton da ditadura'<sup>1</sup> As reacções do poder político não se fizeram esperar, resultando na detenção do articulista, crescendo-se-lhe a instauração de um processo judicial. A pressão da imprensa fez com que o Presidente da República desvalorizasse publicamente os papéis desempenhados pelos jornais privados que se publicavam em Luanda. Em reacção a isso, os jornalistas manifestaram repúdio e consideraram os referidos pronunciamentos desencorajadores para o trabalho que esta classe tem prestado à sociedade.

No decurso do ano 2000 a imprensa nacional foi dando maior atenção às transformações políticas e socioeconómicas. No que respeita aos direitos humanos deu-se primazia às violações dos direitos políticos e cívicos por parte das instituições do Estado. O fim da guerra civil, em 2002, marcou de forma profunda a mudança de abordagem da imprensa angolana e impôs, de igual modo, maiores exigências no que respeita à liberdade de expressão e ao direito à informação. A liberdade de imprensa, concomitantemente à segurança profissional dos jornalistas, foi muitas vezes posta em causa com casos de prisões, que envolveram processos judiciais fruto das matérias veiculadas (Neto 2004) consideradas nocivas, caluniosas e violadoras dos direitos à privacidade. O Caso do jornalista Rafael Marques não foi nem o primeiro nem o segundo, pois durante a primeira metade dos anos 90 registaram-se na história do jornalismo angolano outros casos de intimidações e processos judiciais contra jornalistas<sup>2</sup> movidos por individualidades governamentais, acusando-os de difamação, calúnia e atentado à privacidade. Já na primeira década de 2000, o jornalista e director do 'Semanário Angolense', Graça Campos, foi chamado a depor em tribunal por causa de uma matéria do jornal que apresentava

publicamente uma lista de nomes dos governantes e empresários nacionais próximos ao partido no poder que tinham acumulado uma riqueza não correspondente às condições do país. Esta matéria abriu o debate nacional sobre o enriquecimento ilícito em Angola e a dimensão da corrupção. Era a primeira vez que se tratava do assunto publicamente. O caso ficou conhecido como ‘Os Nossos Milionários’, uma matéria de 18 de Julho de 2003, cujo impacto político e social só se compara com o artigo ‘O Bâton da Ditadura’ de Rafael Marques, de 1999. Ambos ‘mexeram’ fortemente com as várias vozes e sensibilidades da sociedade angolana.

A despeito da diversidade de jornais privados, a liberdade de imprensa tem-se confrontado com muitos constrangimentos, desde a conformidade da lei de imprensa – com a Constituição de 2010 –, passando pelas denúncias de violação dos direitos dos cidadãos, em alguns casos, como referido mais acima, culminando em perseguições e pressão política de que os próprios jornalistas são alvo. Como exemplo concreto da importância da imprensa escrita angolana, no dia 26 de Julho de 2008, o jornal ‘Semanário Angolense’ noticiou em primeira página a morte de 8 jovens, alegados marginais, por indivíduos afectos à polícia nacional, no Sambizanga, zona periférica de Luanda. Este episódio levou à instauração de um processo contra os indivíduos afectos à polícia nacional, o que tem encorajado a imprensa angolana, particularmente o jornal ‘Semanário Angolense’, a fazer um acompanhamento do caso junto da polícia, do tribunal de Luanda e das famílias das vítimas.

### **Direitos Humanos No ‘Jornal de Angola’**

O formato actual do ‘Jornal de Angola’ é diametralmente oposto ao do período colonial, embora se mantenha nas mesmas instalações que sofreram algumas remodelações. Com a sua origem no jornal ‘Província de Angola’, este órgão de informação tinha já assumido o nome que hoje ostenta, ‘Jornal de Angola’, no ano anterior à independência nacional, em Novembro de 1975, passando já nessa altura à tutoria governamental. O ‘Estado Revolucionário’ ora instaurado manteve o monopólio deste jornal e a sua refundação ficou então sob a tutela do Ministério da Informação e no ‘período democrático’ sob a tutela do então Ministério da Comunicação Social (Hodges 2002). Nessa fase cessaram igualmente actividades outros jornais e revistas, tais como:

o ‘Comércio ABC’, ‘Notícia’ e a ‘Semana Ilustrada’, em Luanda, e desapareceram os poucos jornais editados nas províncias, entre eles, ‘O Planalto’, publicado no Huambo. ‘O Diário de Luanda’ após uma breve interrupção regressa às ruas da capital como jornal vespertino, cessando a sua publicação em Maio de 1977, depois de a sua linha editorial ter sido conotada com o ‘Fraccionismo’, uma cisão do partido no poder, MPLA, em Luanda (27 de Maio de 1977).

A partir de 1990, quando se deu a chamada democratização do país, sem necessariamente se ter constatado uma alteração radical do cenário político nacional, houve uma certa abertura para as liberdades políticas, económicas e sociais. Nesta altura, começaram a surgir pequenas iniciativas de publicações

autónomas do Estado. Do ‘Jornal de Angola’ desprenderam-se duas sucursais confiadas a jornalistas transferidos do próprio diário público. Em 1997 o ‘Jornal de Angola’ era o único que se publicava no país e não conseguiu alcançar os 10.000 exemplares. Esta situação serve para ilustrar as dificuldades com as quais o jornal, ainda hoje, se depara para atingir a totalidade do país não obstante apresentar-se com âmbito nacional.

Provavelmente foi nessa fase que se começaram a registar alterações, ainda que não substanciais, na estrutura editorial do jornal, onde as questões de direitos humanos estavam relegadas à seção ‘Sociedade’ que veiculava informações relacionadas com a guerra entre as forças militares beligerantes. Os acontecimentos do quotidiano angolano ainda ocupavam curtos espaços no diário público. Em certa medida, a abordagem do ‘Jornal de Angola’, quanto aos direitos humanos, deve ser tida em conta no contexto do conflito, embora se possa verificar que o jornal mantinha a mesma linha editorial comprometida com a política interna do partido no poder, em Angola. As críticas que lhe são feitas, quanto à sua linha editorial, prendem-se com uma resistência da direcção em se abrir aos vários segmentos sociais da sociedade angolana, pois primava pelo modelo de ‘Boletim Oficial’ devido à preocupação em retratar quase que exclusivamente informações oficiais, e ignorar claramente as outras sensibilidades e acontecimentos sociais. O ‘Jornal de Angola’ tem sido acusado de permanecer insistentemente virado para o passado, mostrando fidelidade ao governo.

Independentemente das transformações que ocorreram no jornalismo angolano, a direcção do diário público, ao que tudo indica, continua mentalmente no passado e, vezes sem conta, utiliza o jornal para confrontar directamente as opiniões contrárias às opções governamentais, mesmo diante de evidências. Mantém pois posições irreduzíveis às críticas das organizações civis e de partidos políticos angolanos quanto à abertura ao debate público plural e abrangente no interior do jornal. O jornal tem sido, também, muito criticado pela postura pouco ética e profissional, pois utiliza o espaço de utilidade pública para a publicação de artigos com nomes de articulistas falsos, e quando muito, desfere ataques às oposições políticas sem permitir o contraditório, violando assim, um dos seus pressupostos básicos. Apesar desse fato, o jornal ainda continua a ser considerado como o principal veículo de informação de abrangência nacional, não obstante as limitações verificadas na distribuição pelas províncias do país e lugares mais recônditos.

Actualmente o ‘Jornal de Angola’ é gerido por um conselho de administração, na categoria de empresa pública denominada ‘Edições Novembro’, e conta com uma página electrónica ([www.jornaldeangola.sapo.ao](http://www.jornaldeangola.sapo.ao)) e mais dois suplementos (Desporto e Economia) com relativa autonomia editorial; a direcção de cada suplemento envolve equipas de jornalistas seniores que se dizem convencidos que o diário é ainda considerado pelo público-leitor nacional, e goza de credibilidade nacional e internacional.

### ***Direitos humanos em foco***

Tendo em conta o exposto mais acima quanto à periodicidade da publicação em análise, as informações tratam apenas dos casos verificados entre Segunda e Sexta-feira do biénio (2008-2009).

No decurso do ano de 1990 começa-se a constatar uma certa mudança de abordagem do jornal com a publicação da rubrica ‘Perspectiva’, pois a mesma visava reflectir sobre os mais variados assuntos do país. Neste mesmo ano é possível também constatar a publicação de curtas matérias que davam conta de violações de cidadãos, mas sem grande cobertura da imprensa pública. Eis alguns poucos exemplos de violações dos Direitos Humanos:

‘Espancado por causa de 40 Novos Kwanzas’: 2/10/1990
‘16 anos de prisão por matar o marido’:13/10/1990
‘Morto por roubar 40 Novos Kwanzas’: 14/10/1990

Dois anos mais tarde, um editorial do ‘Jornal de Angola’, de Abril de 1992, intitulado ‘Violência no lar’, sugere fortemente que a violência doméstica estava a aumentar e tinha resultado na morte de algumas mulheres, embora o artigo não estabelecesse uma relação entre o período pós-conflito e o aumento da violência doméstica já mencionada (Comerford 2005:190). Passados dez anos, o mesmo ‘Jornal de Angola’ voltou a reportar ‘uma estatística de cerca de 1772 casos durante os primeiros seis meses de 2002, em Cazenga, o bairro mais populoso de Luanda’ (Comerford 2005:223). Estava-se a reconhecer que depois da guerra, a violência doméstica era efectivamente registada dentro dos lares, ou seja, que a violência tinha deixado de estar nas ruas e passado imediatamente para as casas das pessoas.

Segundo Comerford, os relatórios que avaliavam a situação dos direitos humanos em Angola geralmente incomodavam o leitor, acusando tanto a UNITA como o governo angolano da ocorrência de violações. Por exemplo, o relatório de 2000 da Human Rights Watch sobre Angola dizia: ‘houve pouco sinal de maior respeito pelos direitos humanos já que continuavam as violações das leis de guerra pelas quais esse conflito tem sido notório’ (Human Rights Watch 2005:136). Tanto o governo como os rebeldes tinham sido responsáveis por essas violações. A resposta do governo angolano às acusações de violações dos direitos humanos foi frequentemente de frustração, já que as organizações que alegavam as violações raramente tinham acesso às áreas controladas pela UNITA. Em muitas ocasiões a resposta do governo para essas organizações foi de ligar a sua mensagem directamente à UNITA. Além de destacarem a extensão de violações dos direitos humanos em Angola, esses relatórios serviam também para sublinhar o contexto

difícil no meio do qual funcionavam as organizações da sociedade civil (Human Rights Watch 2005:148).

### *Análise do ‘Jornal de Angola’*

Apresentar-se-ão aqui alguns aspectos da análise feita sobre os artigos do jornal em questão, com referência ao biénio 2008-2009. A primeira parte será de tipo quantitativo, a segunda mais qualitativa.

A tabela 1 que se segue, é ilustrativa quer dos temas reportados quer do número de artigos publicados sobre os mesmos:

**Tabela 1:** Temas relativos à violação dos DH abordados pelo jornal (2008-2009)

<b>Assunto</b>	<b>Nr. Artigos</b>
Violação nas Cadeias	5
Violência no lar	15
Homicídio	3

Na generalidade dos casos, é possível constatar um elevado número de artigos de tipo notícia em detrimento de outros géneros jornalísticos (reportagem e entrevista). Uma outra variável a considerar, para além dos géneros jornalísticos, tem que ver com a secção de ‘Sociedade’, espaço reservado para abordagem de questões sociais a nível do país, em curtas e breves informações por cada uma das diferentes províncias. Geralmente, o jornal aborda as questões relacionadas aos Direitos Humanos na secção ‘Sociedade’, onde também trata os assuntos sociais. Do ponto de vista numérico, como já referido mais acima, o ‘Jornal de Angola’ utiliza o género notícia (32), reportagens (2) e entrevistas (2), bem como notas do editorial do jornal relacionadas com os Direitos Humanos (3).

Quanto ao número de páginas, é de assinalar que o jornal dedica duas ou três páginas à secção de ‘Sociedade’ subdividida em diferentes categorias de notícias e reportagens que, de uma forma geral, acabam por cobrir as várias províncias do país. Regra geral, o jornal veicula notícias em espaços bastantes curtos da secção ‘Sociedade’ e raramente uma página. Exceptua-se aqui o tratamento de um leque de reportagens de âmbito nacional. As informações aparecem muito condensadas nesta secção e desenvolvem-se em diferentes níveis, de acordo com o seu grau de importância.

A tabela 2 que se segue mais abaixo refere-se aos géneros jornalísticos por um lado, e, por outro, às fontes de informação utilizadas pelo ‘Jornal de Angola’, geralmente institucionais, como exposto mais acima. Os géneros usados são quantificados de acordo com o uso dado pelo referido jornal, de modo a ilustrar a pertinência que cada um assume no seu interior.

**Tabela 2:** Género e número de artigos comparados com as fontes utilizadas (2008-2009)

<b>Género e número de Artigos publicados</b>	<b>Fonte usada</b>
Notícia (27)	Polícia Nacional (PN) (5); Instituto Nacional de Apoio a Criança (INAC) (5); Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFANU) (5) Direcções Provinciais da Família e Promoção da Mulher (DPMF) (5); Fórum das Mulheres Jornalistas; Secretaria de Estado para os Direitos Humanos (1); 7ª Comissão do Conselho dos DH, MINREX Ministério do Interior (5); Direcção nacional de Investigação Criminal (DNIC) (1)
Reportagem (2)	Procuradoria-Geral da República (PGR) e Secretaria de Estado para os Direitos Humanos
Entrevista (2)	Juiz Presidente do Tribunal de Luanda
Editorial (3)	Director e Subdirector

Os casos de violações dos direitos humanos nas páginas do ‘Jornal de Angola’ são, em regra, dominados pelas notícias de violência doméstica, que logo após a guerra civil, conhecem um aumento considerável em todo o país. Aqui, vamos sumariamente focalizar apenas alguns casos de violações publicados nas páginas do jornal. Pode-se, de uma forma geral, dividi-los em duas partes:

A primeira parte está relacionada à execução sumária de cidadãos no seio de famílias, como são os casos referidos mais abaixo. Ainda neste aspecto, verificou-se que o jornal deu muito pouco destaque às notícias, e o espaço para o desenvolvimento da mesma é bastante curto, sem uma informação mais apurada. A notícia fica-se pelo título e pouco mais de 6 linhas de descrição dos diferentes casos:

1- 21/01/2008 – título: ‘Adolescente mata irmão supostamente por o pai os tratar de forma desigual’
2 - 17/04/2009 – título: ‘Mulher mata marido’
3 - 18/04/2009 – título: ‘Pai mata filho’
4 - 22/05/2009 – ante-título: ‘Luena’; título: ‘Jovem encontrado morto’

Quanto à segunda parte dos casos de execução sumária, estes são praticados por uma instituição pública. Trata-se da polícia nacional, sendo que um oficial terá matado a sua própria esposa, no exemplo que utilizamos. Aqui convém observar que o jornal optou por uma estratégia diferente de apresentação da notícia. A notícia, como o título revela, parece não engajar o agente policial ao crime, na

medida em que o mesmo não é associado ao acto. O jornal opta por dar destaque ao apoio prestado pela polícia à família da vítima, e em nenhum momento assume responsabilidade pelo acontecimento. Diferente do título, a lead informa com maiores detalhes o acto praticado pelo agente policial. É a partir desse momento que se toma conhecimento que o oficial teria morto a sua própria esposa, como é ilustrado a seguir:

Ex: 1 – 26/05/2009 – título ‘Polícia apoia óbito de vítima da tragédia do bairro da Cuca’ Lead: Fernanda Kandamba morta a tiro no bairro da Cuca pelo marido, oficial da polícia.

### ***Fontes de Informação Utilizadas***

Nos artigos do ‘Jornal de Angola’ as fontes de informação geralmente são de âmbito institucional. Raramente se observam casos de uso de fontes não-institucionais, porquanto o jornal tem como prioridade as informações veiculadas pelas instituições públicas como a polícia nacional, órgãos ministeriais, direcções provinciais, tribunais, procuradoria, bombeiros e empresas públicas. Verifica-se, igualmente, que a polícia nacional é dos órgãos que maior informação fornece ao jornal no que diz respeito aos direitos humanos, pois tudo indica haver da parte deste órgão de informação um maior nível de confiança nos dados apontados por esta instituição. Outras vezes são os órgãos públicos ou instituições públicas que privilegiam o ‘Jornal de Angola’ por se tratar de um veículo de informação, também ele público, daí poder-se constatar que muitos jornalistas são chamados para fazer a cobertura das actividades dos órgãos governamentais, e por força disso, reportam em primeira mão o resultado desses eventos oficiais.

### ***Notícia***

Na generalidade a notícia ocupa grande parte das informações da seção ‘Sociedade’ do ‘Jornal de Angola’, por se tratar de um género muito económico, que relacionado com o espaço dedicado pelo jornal aos factos sociais e, conseqüentemente, às questões dos direitos humanos, parece satisfazer os seus repórteres. No entanto, raramente outro género jornalístico é mais notório nas páginas do ‘Jornal de Angola’ do que a notícia. O próprio jornal já foi muito criticado por prescindir dos géneros reportagem e entrevista em detrimento da notícia. Aliás, assinala-se que esta parece ser uma tendência na linha de abordagem do próprio jornal.

### ***Reportagem***

A reportagem é dos poucos géneros utilizados pelo jornal, salvo em condições muito específicas, que podem derivar de uma actividade de âmbito nacional em

que o jornal é chamado a fazer uma grande cobertura de informação. Verifica-se que o jornal, com muito pouca frequência, faz uso desse género para abordar questões sobre os direitos humanos.

### ***Entrevista***

As poucas entrevistas apresentadas pelo jornal em relação às questões de direitos humanos são geralmente indirectas. Constatou-se assim, que no biénio 2008-2009 raramente o jornal utilizou o género de entrevista para reportar questões ligadas aos direitos humanos, salvo uma entrevista com o Juiz Presidente do Tribunal de Luanda, quando falava do excesso de prisões preventivas. Outros momentos de entrevistas indirectas foram com a directora provincial da família e promoção da mulher, quando esta abordava a questão dos índices de violência doméstica e da visita efectuada pelo secretário de Estado para os direitos humanos, às penitenciárias da província do Kuando Kubango situada no sudeste de Angola.

### ***A Função das Fotos no ‘Jornal de Angola’***

As fotos são muito pouco utilizadas no espaço ‘Sociedade’ onde o jornal trata de matérias relacionadas com os direitos humanos. Verificou-se a existência de um total de (9) fotos nos vários artigos publicados, entre eles a categoria: notícia (5), reportagem (2) e entrevista também (2), durante o período em análise.

### ***Direitos Humanos no ‘Semanário Angolense’***

O jornal ‘Angolense’ foi fundado em Novembro de 1997 por um grupo de jornalistas com uma vasta experiência acumulada nos órgãos públicos. Este ‘projecto Angolense’, que inicialmente envolvia Américo Gonçalves e Graça Campos, desagregou-se anos mais tarde. Ambos criaram equipas diferentes, embora mantivessem a designação ‘Angolense’ nas duas publicações: uma sob direcção de Américo Gonçalves e outra com Graça Campos. O grupo dirigido por Graça Campos e Silva Candembo viria a refundar a publicação em 2003, com a designação de ‘Semanário Angolense’ já como ‘Sociedade Semanário Angolense, Lda.’, mudando igualmente de sede e de formato. O ‘Semanário Angolense’ e as publicações ‘Folha 8’ e ‘Agora’ contribuíram para a consolidação da imprensa escrita praticada em Angola. Apesar dos passos dados na evolução do panorama jornalístico angolano, as fontes de informação e os materiais logísticos continuaram a marcar as dificuldades da imprensa (Paiva 2005). Outra dificuldade com que se deparou o ‘Semanário Angolense’ e outras publicações relaciona-se com as apreensões dos jornais vendidos nas ruas de Luanda pela polícia nacional. Aliás, um dos aspectos que muito tem condicionado a actividade jornalística prende-se, efectivamente, com a insensibilidade dos órgãos policiais para com o exercício da liberdade de informação. O exercício da actividade jornalística num país assolado por uma guerra civil de 27 anos afectou de modo severo a relação entre os jornalistas e

os poderes públicos. Vezes sem conta a direcção do ‘Semanário Angolense’ teve de enfrentar processos judiciais, o último dos quais movido pelo então ministro da justiça, em 2007, que colocou o seu director, Graça Campos, em prisão efectiva. Trinta dias depois, este foi absolvido e viu a sua sentença suspensa pelo tribunal supremo, por irregularidades detectadas no processo. A posição assumida pela equipa do ‘Semanário Angolense’ tem-se mantido irredutível perante os processos judiciais e as pressões de natureza política.

Pode-se dizer que o ‘Semanário Angolense’ é um dos jornais independentes mais importantes de Angola pelo facto de ter inaugurado temáticas muito sensíveis e que, de certo modo, constituíam tabus na sociedade angolana. Trata-se, por exemplo, do caso conhecido publicamente como ‘Riqueza mudou de cor. Os Nossos milionários’ (de 18 de Janeiro de 2003) e de outras matérias como por exemplo, a matéria intitulada ‘Afinal, temos milionários’, publicada na edição nº 72, de 31 de Julho a 7 de Agosto de 2004, na esteira de um tema já publicado no ano anterior; um outro artigo polémico intitulado ‘Não bastaram os 500 anos?’ publicado na edição, nº 132, de 1 a 6 de Outubro de 2005 ‘mexeu’ novamente com a sociedade angolana. A edição nº 86 de 13 de Novembro de 2004 cujo título da manchete era ‘Onde estão os brancos e mulatos deste país’ e a edição nº 112, de 14 a 21 de Maio de 2005 com a manchete ‘Pouca Vergonha’ que retratava a vivência dos cidadãos nacionais homossexuais, de quem a sociedade reprovava a orientação sexual, são outros exemplos que podem ser utilizados como ilustrações. O próprio jornal ao publicar estas matérias deixou transparecer uma certa posição de reprovação em relação ao fenómeno da homossexualidade em Angola apesar da tentativa de equilíbrio jornalístico. Um ano mais tarde, o mesmo jornal publicou as seguintes manchetes: ‘27 anos no leme’ (edição nº 181, de 16 a 22 de Setembro de 2006), referente ao mandato do presidente da república, e a manchete ‘Dos Santos igual a Salazar’ (edição nº 192 de 2 a 8 de Dezembro de 2006), onde se estabelece uma comparação entre José Eduardo dos Santos, presidente de Angola e António Salazar em Portugal, versando novamente a questão do mandato presidencial. O mesmo ‘Semanário Angolense’ instituiu nas suas páginas a rubrica ‘fogo cruzado’, com a finalidade de promover o debate de ideias entre os vários protagonistas da esfera pública angolana (desde questões políticas, culturais e económicas) que ‘mexiam’ com o país. Portanto, o espaço ‘fogo cruzado’, sem sombra de dúvida, foi uma iniciativa que contribuiu de maneira decisiva para o debate público sobre temas que envolviam a sociedade.

Acontece que a afirmação do ‘Semanário Angolense’ no panorama jornalístico nacional não excluiu de todo que este enfrentasse dificuldades financeiras. Por este motivo, em 2010, a ‘Sociedade “Semanário Angolense” viu-se forçada pelas regras do mercado a vender o seu património ao grupo *Media Invest SA.*, actualmente proprietário da publicação. Uma das exigências dos novos proprietários tinha a ver com a reformulação da equipa, o que colocava Graça Campos e Silva Candembo fora da direcção do jornal. Passados alguns meses, o próprio ex-director do ‘Semanário

Angolense', numa entrevista ao jornal 'O País' acabou por confirmar que não estaria disponível para permanecer na direção do referido jornal enquanto o mesmo tivesse a *Media Inves SA*. como proprietário. Ou seja, Graça Campos recusou submeter-se às regras dos novos proprietários de cuja publicação foi fundador e director.

### **Análise do 'Semanário Angolense'**

Assim como para o caso do 'Jornal de Angola', para o 'Semanário Angolense' também levamos a cabo uma sintética investigação de tipo quantitativo-qualitativo, que vamos tentar resumir, através da leitura da tabela 3 que se segue, e que relata os temas e número de artigos publicados sobre direitos humanos, entre 2008 e 2009:

**Tabela 3:** Temas relativos à violação dos DH abordados pelo 'Semanário Angolense' (2008-2009)

<b>Temas publicados entre 2008-2009</b>	<b>Nr. Artigos</b>
Casos de demolições forçadas por parte do Estado e expropriação de imóveis	11
Casos de execuções sumárias, baleamentos, detenções arbitrárias e outras violações com os relativos seguimentos processuais	15
<b>Total</b>	<b>26</b>

Neste nível de análise tem-se em conta diferentes variáveis, de acordo com os temas abordados: ano de publicação (biénio 2008-2009), número de artigos (68), número de páginas (98 e meia), número de fotos (86). Os dados recolhidos das variáveis estão divididos em categorias analíticas que são: notícia (45); artigos de opinião (11), reportagens (8) e entrevistas (4).

De seguida trataremos com mais detalhes do caso 'Frescura' com incidência para o 'Semanário Angolense' em comparação com o 'Jornal de Angola'.

### **Caso 'Frescura'**

Os casos de execuções sumárias têm abalado de forma violenta a sociedade angolana pós-conflito. No dia 23 de Julho de 2008, uma quarta-feira, por volta das 18 horas e 30 minutos, homens desconhecidos em composição indeterminada chegaram, (numa viatura de marca Hiace) à zona da 'Frescura', uma 'mutamba'<sup>3</sup> de jovens desse bairro do Sambizanga, onde se puseram a disparar contra tudo e todos. Em consequência dos disparos, feitos por homens armados, 8 jovens foram mortos. Porém, ouvida a polícia de Luanda, esta referiu desconhecer os autores do crime. Por seu turno, familiares e amigos das vítimas, ouvidos pela imprensa, garantiram

terem sido autores do crime agentes da corporação à paisana. De acordo com os testemunhos recolhidos pelo ‘Semanário Angolense’, na altura do acontecimento, os homens armados que haviam descido de um carro, envolveram-se em conflito com os jovens, que se encontravam a conviver na sua pousada de todos os dias, disparando inicialmente para o ar, a fim de dispersarem os curiosos. A sessão de disparos contra os jovens deu-se logo após os homens armados terem orientado que os mesmos se deitassem ao chão. Entre as oito vítimas, cinco dos jovens morrem no local do acontecimento e três acabaram por falecer no hospital.

A polícia nacional, segundo o mesmo jornal, distanciou-se publicamente dos acontecimentos acabados de mencionar. Contraditoriamente, tanto os familiares das vítimas, como os seus amigos, garantiam terem sido agentes à paisana os responsáveis pelo sucedido, tendo havido, inclusivamente, a identificação de três deles. Por outro lado, havia igualmente relatos do envolvimento indirecto de um ‘patrulheiro’<sup>4</sup>, que, segundo uma das testemunhas, estaria a fazer a cobertura da acção dos ‘matadores de serviço’. Poucos dias depois do acontecimento, a própria polícia apresentou publicamente sete agentes seus como alegados autores do crime.

A tabela 4 que se segue mais abaixo visa ilustrar as principais fontes usadas pelo ‘Semanário Angolense’ para a obtenção de informação e a relação com os géneros jornalísticos, durante o biénio em causa.

**Tabela 4:** Género de artigos, comparados com as fontes utilizadas (2008-2009)

<b>Tipo de artigo</b>	<b>Fontes Utilizadas</b>
Notícia (45)	Rádio Eclésia (10), População (Familiares das vítimas), organizações não-governamentais (AJPD, Mãos Livres, Open Society) (10); Polícia Nacional (5); Organizações sociais das Igrejas (10); Global Witness, Amnistia Internacional, Human Rights Watch (10)
Breve (6)	Fontes alternativas ‘anónimas’
Reportagem (8)	Porta-voz da Polícia (2), populares vítimas da acção (4), Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFPM) (2)
Entrevista (4)	Procuradoria Geral da República (PGR), deputado da UNITA
Opinião (11)	Vários autores

O caso mais violento desde que o país alcançou a paz efectiva foi a notícia com o título em primeira página: ‘Chacina no Sambizanga’, decorrido em 2008, ou o caso ‘Frescura’ como se conhece publicamente. Ambos revelaram com clareza o que tem acontecido na sociedade angolana, e o impacto que tais acontecimentos tiveram na imprensa escrita. O caso ‘Frescura’ segundo a imprensa escrita, em particular o ‘Semanário Angolense’,

colocou em aberto a difícil relação entre os cidadãos e a polícia nacional. Foi por meio da imprensa que o país tomou conhecimento de tal acontecimento.

Desde o momento da cessação das hostilidades entre o governo de Angola e a parte substancial da oposição armada que constituía a UNITA, até 22 de Março de 2002, não se conhecia qualquer acontecimento público que tivesse ‘mexido’ tanto com a ‘moral’ pública da sociedade angolana quanto o caso ‘Frescura’. Numa segunda edição onde tratava do mesmo caso, o ‘Semanário Angolense’ intitulou-o: ‘Massacre da Frescura’. O mesmo jornal na altura apresentava o antetítulo ‘Polícia pondera três alternativas’ dando conta que a polícia nacional já tinha algumas informações relacionadas com o caso. O caso ‘Frescura’ marcou de forma severa e serviu para ‘forçar’ uma reformulação na relação entre os agentes da polícia nacional e a população em geral, acto que resultou na execução de 8 jovens moradores do bairro do Sambizanga, na periferia de Luanda. O bairro do Sambizanga situa-se no município com o mesmo nome, e albergava um dos maiores mercados a céu aberto da história de Angola pós-independência. Devido à existência do Mercado do Roque Santeiro, o bairro do Sambizanga era apontado pelas autoridades oficiais como tendo o maior nível de criminalidade da província de Luanda. Por este fato, a actuação da polícia era igualmente severa, daí que, a pressão foi no sentido de reformular os seus métodos de actuação, e para que esta realizasse actividades de educação dos seus agentes de modo a se adaptarem ao tempo pós-conflito, principalmente no sector da ordem pública, por ser este que se relaciona directamente com os cidadãos, no dia-a-dia.

### **Considerações finais**

A imprensa angolana tem sido muitas vezes pressionada pelos factos sociais a cobrir, envolvendo questões de direitos humanos, outrora invisíveis devido à guerra cometida de ambas as partes. Tendo em conta que a análise quer quantitativa, quer qualitativa referida nos pontos anteriores já fornece dados relevantes, para a nossa conclusão focalizaremos as semelhanças e diferenças mais salientes nas abordagens do ‘Jornal de Angola’ e do ‘Semanário Angolense’.

Durante o biénio 2008-2009 foi notória a preocupação dos dois jornais em abordar as violações dos direitos humanos, pois os dados quantitativos existentes, manifestam um certo equilíbrio, que corresponde a uma média mínima de quinze artigos, embora se realce que o ‘Semanário Angolense’ em detrimento do ‘Jornal de Angola’ ter coberto mais acontecimentos. A tendência da média de trinta das matérias cobertas, espelha o quanto a imprensa angolana ainda está distante da ampla cobertura de temas sobre violações de direitos humanos. Com efeito, é mister reconhecer o crescimento gradual da cobertura de matérias com cariz mais social, embora persistam em reportar notícias sensacionalistas.

Além do número médio de artigos publicados pelo ‘Jornal de Angola’ e o ‘Semanário Angolense’, concernente à cobertura dos direitos humanos, importa sublinhar que ambos inserem as notícias na seção de ‘Sociedade’, ou seja, é neste sector que os jornais

têm publicado os assuntos sobre direitos humanos. As diferenças verificadas quanto ao tipo de abordagem dos jornais, apresentam-se apenas no formato das notícias. Por exemplo, no ‘Semanário Angolense’ o tratamento da notícia é geralmente mais aprofundado, ou seja, há um seguimento de uma notícia, diferente do tratamento dado pelo ‘Jornal de Angola’, que em apenas uma edição (28 de Agosto de 2008) fez referência em primeira página aos autores do crime envolvidos no caso ‘Frescura’, embora seja um dos casos mais mediáticos no panorama dos media nacionais. Em parte, o seguimento, ou não, de matérias consideradas sensíveis deriva das diferenças existente nas linhas editoriais dos dois jornais, sendo que, o ‘Jornal de Angola’ prima por uma linha que visa salvaguardar as instituições do Estado, e a defesa das autoridades. A linha editorial do único diário de Angola e com a maior circulação, é muitas vezes usada pela direcção do mesmo para defender posições concretas em favor das autoridades governamentais, ao passo que o ‘Semanário Angolense’ prima pela divulgação de informações das mais variadas sensibilidades do país, embora se possa denotar ao mesmo tempo, uma certa tendência em dar voz às instituições e segmentos sociais que, de qualquer modo, são marginalizados pelos órgãos públicos. Aqui também a linha editorial do ‘Semanário Angolense’ diz-se comprometida com o ‘ser e a defesa do angolano’, muitas vezes usada para a chamada de atenção das instituições e autoridades governamentais. As diversas fontes de informação têm constituído uma variável díspar na cobertura das questões de violações dos direitos humanos entre os dois jornais. No caso do ‘Jornal de Angola’ a primazia é dada às fontes institucionais, talvez devido ao facto de existir maior confiança por parte desses mesmos órgãos, e de diferente modo o ‘Semanário Angolense’ privilegia as fontes não-institucionais, pois diz encontrar inúmeras dificuldades de acesso à informação por parte das instituições públicas que se recusam a prestá-las, mesmo tratando-se de cobertura de actividades oficiais do Estado.

Há uma disparidade quanto ao posicionamento ‘político’ assumido por cada um dos dois jornais. No ‘Jornal de Angola’ o posicionamento aparece no editorial e nas informações de carácter oficial que quase sempre vão de encontro às autoridades policiais e dificilmente de forma crítica; o ‘Semanário Angolense’ situa-se no sentido oposto, pois tem desenvolvido um certo equilíbrio no tratamento das peças jornalistas, quando muito a atenção recai para a crítica às autoridades policiais, ou de modo geral, as instituições públicas. Nos dois casos o posicionamento dos jornais deriva em grande medida das linhas editoriais.

O ‘Semanário Angolense’ de acordo com a sua linha editorial tem-se pautado por uma postura de defesa da vida e dignidade humana dos cidadãos angolanos, como por exemplo: de realçar a cobertura mais que conseguida efectuada pelo jornal, no caso ‘Frescura’ até ao julgamento e sentença dos culpados. Por seu turno, o mesmo assunto (caso ‘Frescura’) foi noticiado apenas numa única ocasião pelo ‘Jornal de Angola’ no curso do caso em julgamento, e nem sequer a sentença atribuída aos culpados foi motivo de notícia. O ‘Semanário Angolense’ sobre este caso criticou duramente a polícia pelo comportamento dos seus agentes no relacionamento com os cidadãos. O

jornal chamou igualmente a atenção das autoridades para maior cautela nas acções, e para a necessidade de se prestar maior atenção ao processo de educação dos agentes adequando-se ao momento actual vivido no país. O mesmo se pode dizer dos diferentes casos de expropriação de terra e demolições feitas pelas autoridades governamentais.

Há ainda uma diferença muito díspar no tratamento das fotografias entre os dois jornais, sendo o 'Semanário Angolense' o que mais acompanha as notícias com fotografias diversas para dar maior visibilidade aos acontecimentos.

No que diz respeito ao ponto de vista dos jornais em matérias de direitos humanos, podem-se destacar dois pontos díspares:

No primeiro caso do 'Jornal de Angola' é notório um certo comprometimento dos jornalistas na abordagem de assuntos, que de alguma forma, 'mexem' com a sensibilidade das autoridades governamentais. Assinala-se que os jornalistas partem de um ponto de vista de autocensura no tratamento de assuntos ligados aos direitos humanos. Assim sendo, a crítica nunca se faz abertamente. É mais frequente verificarem-se abordagens dos assuntos de um ponto de vista positivo, ou numa espécie de crítica velada.

No segundo caso, o do 'Semanário Angolense', o tratamento dos assuntos é geralmente feito de forma clara e aberta. O ponto de vista dos jornalistas apresenta-se muito claro, nos textos publicados, sendo que até mesmo as críticas às instituições e autoridades são feitas de forma directa e aberta. Muitas vezes os jornalistas reportam matérias com títulos bombásticos de modo a provocar reacções da sociedade, e das autoridades, em particular. O confronto do contraditório é uma nota a realçar nas páginas do 'Semanário Angolense', o que difere de forma igualmente notória das páginas do 'Jornal de Angola'. Por exemplo: o 'Jornal de Angola' na cobertura que fez do caso 'polícia apoia óbito de vítimas da tragédia do bairro da Cuca'; lead: 'Luzia Fernando Kandamba, morta a tiro, no bairro da Cuca, pelo marido, oficial da polícia'; em nenhum momento procurou ouvir outras opiniões no tratamento desse assunto. Desde já, porque qualificou o caso como sendo o resultado de uma tragédia, sem, no entanto, noticiar a responsabilidade do agente da polícia.

Apesar dos vários esforços e medidas tomadas pelo governo angolano, com o fim de incrementar o respeito pelos direitos humanos dos cidadãos, o relatório de 2009 sobre os direitos humanos em Angola sugere que o comportamento do governo em termos de respeito pelos direitos humanos ainda não atingiu níveis aceitáveis, sendo que as violações registadas foram inúmeras e graves. O documento refere que os abusos dos direitos humanos incluíram situações como a diminuição dos direitos dos cidadãos de elegerem representantes a todos os níveis; assassinatos por parte da polícia, dos militares e de forças de segurança privada; tortura, espancamentos e violações por forças da segurança; condições duras nas prisões; prisão e detenção arbitrárias; corrupção e impunidade das autoridades; um sistema judicial ineficaz e sem independência; longa duração da prisão preventiva; inexistência dum processo isento; restrições à liberdade de expressão, de imprensa, de reunião e de associação; despejos forçados sem indemnização; e discriminação, violência e maus-tratos contra mulheres e crianças (RSPA 2010: 45).

## Notas

1. Artigo publicado a 3 de Julho de 1999 no 'Semanário Agora' de autoria do jornalista sénior e activista dos direitos humanos, Rafael Marques
2. William Tonet, Aguiar dos Santos, Gilberto Neto e outros - o primeiro e segundo são directores dos Semanários 'Folha 8' e 'Agora', respectivamente.
3. O termo Mutamba refere-se a um local de lazer dos jovens.
4. Carro de campanha policial.

## Referências

- Carvalho, P. de, 2010, *A campanha eleitoral de 2008 na imprensa de Luanda*, Luanda: Kilombelombe.
- Coelho, S., 1999, *Angola – História e estórias da informação*, Luanda: Executive Center.
- Comerford, M., 2005, *O rosto pacífico de Angola: biografia de um processo de paz (1992-2002)*, Windhoek: edição do autor.
- Fundação Open Society, 2010, *Relatório Segurança Pública em Angola*, Luanda: Open Society-Angola.
- Paiva, M., 2005, 'Panorama nacional' in *So this is democracy? – State of media freedom in MISA, Southern Africa 2005*, Windhoek: MISA, pp. 27-36, www.misa.org, 17.09.2011.
- Neto, G., 2004, 'Angola', in *MISA So this is democracy? State media freedom in Southern Africa 2004*, Windhoek: MISA, pp. 28-36. www.misa.org, 20.09.2011.
- Hodges, T., 2001, *Angola – Do Afro-Estalinismo ao capitalismo selvagem*. Cascais: Principia.
- Human Rights Watch, 1999, *Angola Explicada – Ascensão e queda do processo de paz de Lusaka*, Nova Iorque: HRW.
- Lima, F., 2000, 'Os media em Angola', in Nick, S., Koudawo, F., *Pluralismo de informação nos Palops*, Cascais: Principia e Publicações universitárias e científicas, pp. 35-76.
- Mateus, I., 2004, *The role of Angolan media during the conflict and in the construction of democracy*, Conciliation Resources web site. Retrieved August 2006, from <http://www.cr.org/our-work/accord/angola/media.php> , 20.03.2012.
- Pestana, N. 2005, 'O poder e a diferenciação social em Angola', in Cruz e Silva, T., Cardoso, C., e Araújo, M., *Lusofonia em África: História, democracia e integração africana*, Dakar: CODESRIA, pp.191-206.
- Nyamnjoh, F., 2005, *Africa's Media – Democracy & the politics of belonging*, London: Zed Books & Pretoria: UNISA Press.
- Windrich, E., 1992, 'Media coverage of the Angolan war', *Africa Today*, vol 39, 1/2 Angola and Mozambique, pp.89-99.
- Windrich, E., 2000, 'The role of clandestine radio in the Angolan War', *International Journal of Cultural Studies*, London, vol. 3 (2), pp. 206-218.